

A controvérsia da regionalização do Brasil de 1941: Pierre Monbeig e os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia

The 1941 controversy on the regionalization of Brazil: Pierre Monbeig and the geographers of the National Geography Council

LARISSA ALVES DE LIRA

Universidade de São Paulo | USP

École des hautes études en sciences sociales, Paris | EHESS

RESUMO Este artigo analisa o encontro entre duas grandes tradições internacionais de geografia em terreno brasileiro e que emergiram quando Pierre Monbeig e os geógrafos ligados ao Conselho Nacional de Geografia, sediado na capital brasileira, divergiram, em 1941, sobre os critérios de regionalização do Brasil. Sugerimos que o Brasil possa compor um capítulo no processo de consolidação de dois grandes paradigmas da ciência geográfica e que o “pays neuf” tenha contribuído a moldar, nos aspectos territorial, político e intelectual, a geografia dos atores imersos na experiência de consolidação da geografia brasileira.

Palavras-chave regiões naturais – regiões econômicas – Brasil – Pierre Monbeig – Conselho Nacional de Geografia.

ABSTRACT *This paper analyzes the encounter between two great traditions of international geography in Brazilian territory that emerged when Pierre Monbeig and the geographers of National Geography Council, located in the country's capital, diverged, in 1941, on the criteria to be employed in the regionalization of Brazil. We suggest that Brazil can be seen as a chapter in the process of consolidation of two great paradigms of geographical science and that the “pays neuf” has contributed to shape, in a territorial, political, and intellectual sense, the geography of the actors immersed in the experience of consolidation of Brazilian geography.*

Keywords *natural regions – economic regions – Brazil – Pierre Monbeig – National Geography Council.*

Introdução

Em 1940, uma polêmica aparecerá no 9º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis. No momento de debater as moções, surge uma indicação de separar os ensinamentos de geografia e história, proposta apresentada por um dos jovens geógrafos do Rio de Janeiro, Jorge Zarur, geógrafo que, apesar da formação de raiz francesa, inclinava suas afinidades para a ciência americana. A esta moção se oporá Pierre Monbeig¹.

Esta será a primeira vez que o geógrafo francês Pierre Monbeig, tendo sido chamado ao Brasil em 1935 para ensinar Geografia no recém fundado curso universitário da Universidade de São Paulo (inaugurada em 1934), mostrará desacordo com um dos geógrafos influenciados por uma outra tradição geográfica: a escola americana de Geografia.

Este estranhamento se repetirá quando o Conselho Nacional de Geografia (CNG)² elaborará uma proposta de regionalização do Brasil, em 1941. O objetivo deste artigo é esclarecer quais eram os interesses intelectuais e políticos, da parte do geógrafo francês, que se resguardavam por trás das críticas na controvérsia da proposta de regionalização do Brasil apresentada pelo CNG.

Quando Monbeig se defronta com os trabalhos de geógrafos que faziam parte do Conselho Nacional de Geografia, sediado na capital do Brasil (Rio de Janeiro), quais eram as disputas teóricas implícitas? Situada no centro geopolítico brasileiro, como o CNG acabou por incorporar elementos de outras escolas geográficas para além da escola francesa? Quais elementos do projeto de difusão da geografia francesa no Brasil, em termos intelectuais e políticos, precisavam ser resguardados frente ao avanço de novas escolas geográficas no terreno brasileiro?

Poucos são os capítulos da história da Geografia no Brasil em que se vê explícito o confronto entre geógrafos representantes de diferentes tradições teóricas da Geografia. E, no entanto, a escola francesa e a escola americana disputaram a condução da disciplina em escala global, por meio de associações e eventos científicos, ainda que por variadas vezes tenham sido aliadas circunstanciais³.

E, todavia, é provavelmente desde de o fim da década de 1930 que se entabulam as negociações para a chegada dos geógrafos americanos no Brasil, em 1940. Assim, esse ano marca o início da convivência entre franceses, que estavam no Brasil desde pelo menos 1934 (como Pierre Monbeig, Philippe Arbos, Francis Ruellan e Pierre Deffontaines), americanos (como Preston James, Donald Pierson) e alemães (como Leo Waibel, que chega ao Brasil em 1946), e seus respectivos discípulos brasileiros. O silêncio da historiografia é ratificador de que a adaptação entre esses personagens tenha sido feita sem controvérsias.

Este artigo é um primeiro esboço de avaliação da problemática do encontro entre tradições geográficas no Brasil. Acreditamos que por trás da discussão sobre a regionalização do Brasil de 1941, que permitiu um cruzamento das trajetórias de Pierre Monbeig com alguns geógrafos cariocas, revelam-se controvérsias de ordem política, intelectual e teórica, no momento da consolidação da Geografia no Brasil. Monbeig elabora quatro principais questionamentos de fundo dirigidos à regionalização proposta pelo CNG: um questionamento de ordem metodológica; um sobre o papel do determinismo natural; uma crítica de excesso de especialização e, por fim, uma resposta à crítica ao suposto “desinteresse” da teoria regional francesa à política de desenvolvimento do Brasil.

Nossa hipótese é que, por trás das divergências que apareceram nas diferentes propostas de regionalização do Brasil, residiam possivelmente alguns dos nós essenciais dos impasses que encontraram as diferentes escolas geográficas no processo de adaptação ao terreno brasileiro. Esses impasses revelam ainda que, por relações de circulações de ideias e de negociações, uma ciência geográfica particular se forma no Brasil.

Essa América tropical « que oferecia à Europa (...) tudo aquilo que ela cobiçava (...) »⁴ foi considerada nessa pesquisa como um espaço de encontros, algumas vezes conflituosos, entre duas formas de racionalidades científicas: uma de origem francesa, outra de origem norte-americana. O Brasil é um campo científico com suas próprias temporalidades e um espaço de circulação das contribuições da ciência mundializada, inserida em um contexto de circulação de saberes.

Outra corrente atinge a Geografia brasileira

A Revolução de 30, liderada no Brasil por Getúlio Vargas, se desenrola num momento em que o espectro ideológico dos governos populares havia se ampliado significativamente após a vitória da Revolução Russa, em 1917, e a ascensão de partidos de extrema direita na Itália e na Alemanha, na década de 1920. De outro lado, a democracia e o liberalismo econômico tinham sofrido forte abalo após a crise econômica de 1929. Reconhecidamente antiliberal, ideológica e politicamente ambíguo, Getúlio Vargas poderia pender para ambos os lados (o da extrema direita ou do socialismo). O presidente do Brasil era uma incógnita para os diplomatas de diversos países.⁵

No tocante à política externa, os franceses já se anunciavam com uma política diplomática de viés cultural para a América Latina desde o século XIX, no âmbito das missões científicas.⁶ O sucesso dessa política de longa duração foi atestado com a vinda dos professores franceses para fundar a Universidade de São Paulo, em 1934. Os americanos chegaram um pouco mais tardiamente, mas já na década de 1930 traçaram um plano diplomático para afastar o governo Vargas das tentações populistas do nazi-fascismo ou do autoritarismo comunista⁷.

No âmbito da ciência geográfica, o governo norte-americano facilitou a consecução de trabalhos de mestrado e doutorado dos geógrafos do IBGE e do CNG, tais como Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra, ao longo da década de 1940. Jovens, foram enviados aos EUA para a realização de estudos doutorais em Winsconsin, Northwestern e Chicago⁸. O corolário dessa política foi a vinda do geógrafo alemão naturalizado americano Leo Waibel ao Brasil, em 1946, como consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, facilitada por seus alunos Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães, permanecendo até 1950.⁹

Mas a consecução desses intercâmbios já se anunciara nas trocas institucionais. Em 1938, funda-se o Conselho Nacional de Geografia, como uma das instâncias do Instituto Nacional de Estatística, que se tornará Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no mesmo ano. A busca por irradiar a influência de políticos, diplomatas e intelectuais das grandes potências, gerou no Brasil uma geografia intelectual específica, com dois ambientes científicos de tonalidades diferentes: uma vertente paulista, de um lado, mais influenciada pela ciência francesa, e uma vertente carioca, de outro, mais marcada por um novo contexto geopolítico em que se inseria a capital brasileira. Ao fazer referência à formação de um jovem geógrafo carioca na década de 1940, Adas afirma que

(...) aqueles [os geógrafos paulistas], mesmo assentados na linhagem metodológica da Escola Francesa de Geografia e, sob o comando de Pierre Monbeig, propugnando contra a “Geografia de nomenclatura” ao lado dos ibegeanos, mantiveram maior independência em relação aos desígnios governamentais, estruturando-se na direção de uma orientação mais acadêmica, ao contrário de nosso autor e de seus pares.”¹⁰

171

Se os geógrafos paulistas apresentaram importante contribuição no Congresso Brasileiro de Geografia, em 1940, em torno da Geografia Urbana¹¹ - atuando como verdadeiros “fiscalizadores do método” em relação aos trabalhos dos outros conferencistas no sentido de expandir o raio de influência de uma “geografia moderna”¹² - a partir de 1941, os geógrafos cariocas, mais próximos do poder e mais seduzidos pelas teorias americanas, veiculavam as primeiras vitórias da diplomacia americana. Eles irão participar ativamente das atividades do IBGE e oferecerão resultados teóricos de monta. Em especial, uma regionalização do Brasil.

Alguns anos depois, os esforços dessa escola carioca são comemorados em eventos internacionais. Na 4ª Assembleia do *Annual American Congress of Surveying and Mapping*, realizando em 3 de junho de 1943, o Secretário-Geral do CNG orgulhou-se em proclamar um novo polo de influência na escola brasileira de geografia:

*(...) é particularmente agradável dizer aqui que o CNG do Brasil tem a preocupação de seguir, nesses trabalhos, a orientação da ciência geográfica americana. Até há pouco tempo, a influência da escola europeia nos trabalhos geográficos no Brasil era quase absoluta, quanto ao material e quanto aos métodos. Hoje, graças à atuação do CNG, já se manifesta a influência americana que tem a meritória vantagem de dar à Geografia **sentido de utilidade**, fazê-la instrumento de pesquisa que a administração aproveite imediatamente nas suas multiformes aplicações¹³.*

Em 1944, o secretário geral do CNG aplicava-se a organizar a II Reunião Pan-americana de consulta sobre Geografia e Cartografia, tendo realizado diversas viagens para os EUA.¹⁴ Ocorrido o certame no Rio de Janeiro, em agosto, os geógrafos do IBGE formaram um grupo muito ativo.¹⁵ Nesse mesmo ano, o geógrafo ibegeano, Jorge Zarur, publica um artigo na *Revista Brasileira de Geografia* em que agenciou propagandear o movimento renovador da Geografia nos EUA e a “a luta destes geógrafos que pretendiam tirar a geografia **das lides puramente acadêmicas ou dos laboratórios** para pô-la a **serviço do homem**, tornando-a uma **ferramenta útil** e básica para os **administradores e planejadores**”¹⁶.

Com efeito, um “sentido de utilidade” da geografia se encontra no centro da divergência entre a escola francesa, representada por Pierre Monbeig, e os geógrafos influenciados pela escola americana, representados pelos geógrafos que trabalham para o CNG, no Rio de Janeiro. Decerto, Pierre Monbeig tinha uma concepção particular de “aplicação” da geografia: a aceleração do desenvolvimento brasileiro seria orientada por princípios gerais, e a política regional do desenvolvimento recuperaria uma visão de conjunto, do passado e do presente do Brasil, e se direcionaria no sentido de valorizar todas as capacidades intrínsecas do conjunto e das partes.¹⁷

Não haveria maior interesse em obter em cada região geográfica uma variedade bastante grande de produtos para que cada uma pudesse gozar de uma maior estabilidade, ficando melhor equilibrada em relação à sua vizinha, ao mesmo tempo que desenvolvessem as atividades nas quais elas se completam? (...) A finalidade não é e limitar a utilizar sumariamente a vocação agrícola; pastoril, industrial que seja mais evidente em cada região, deixando adormecidas as demais. Ao contrário, a meta é valorizar tôdas as capacidades. (...) uma completa utilização das possibilidades naturais suscitaria intercâmbios internos, garantia de uma prosperidade mais segura que a que pode advir pela exportação para o exterior¹⁸.

Porém, um discurso generalista não é mais o que atrai os profissionais do IBGE, que tendem cada vez mais a um conhecimento técnico e profissional. A influência americana sobre a escola brasileira não podia mais ser mitigada, notadamente após um período de esfriamento das atividades da União Geográfica Internacional durante a segunda guerra, praticamente comandada pela escola francesa desde 1931¹⁹.

A nova regionalização do Brasil

172

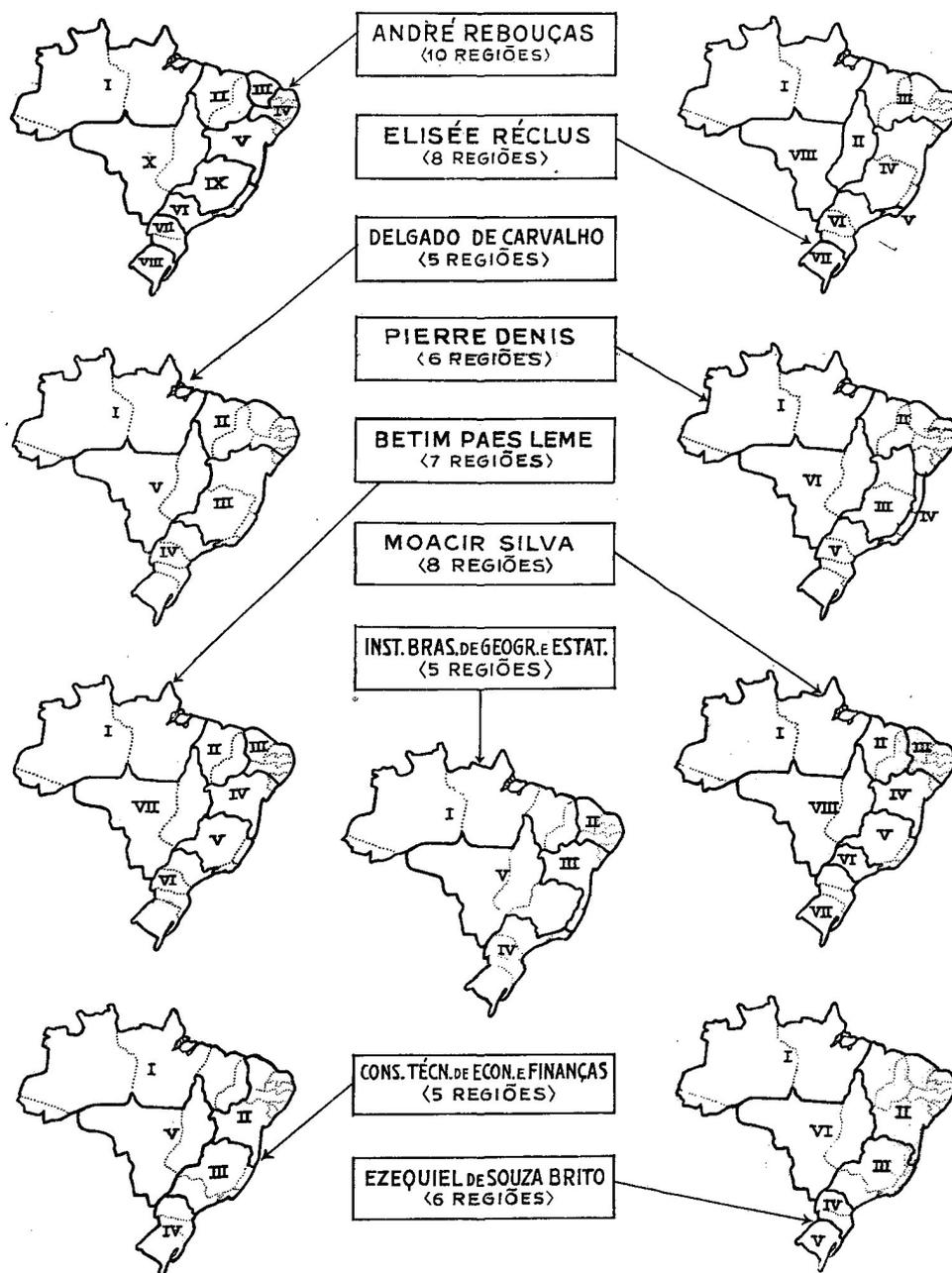
Uma nova regionalização está em discussão a partir da Revolução de 30. Vargas, para evitar o confronto explícito com as oligarquias, preservou os limites dos estados, mas acometia “os regionalismos e resquícios de autonomias estaduais”²⁰. Essa política culminou na resolução nº 72 do CNG, de 14 de julho de 1941²¹. A resolução “deliberava a adoção de uma nova divisão regional do Brasil (desviando-se dos contornos estaduais para fins administrativos) (...) de acordo com os estudos elaborados por Fábio de Macedo Soares Guimarães e equipe”.²² Conforme Fabio Contel,

*Publicada em 1941 na Revista Brasileira de Geografia, a divisão regional de Fabio Macedo Soares Guimarães advogava que o conjunto de divisões anteriores deveria ser contestado por ‘não ter fundamento sólidos, quer na geografia física, quer na geografia humana’ (...) Via também ‘necessidade de fixação duma divisão única’ do território em ‘Grandes Regiões’ (...) tanto para efeito da coleta/agrupamento racional de informações estatísticas do espaço nacional, quanto pelo próprio fato de que seria possível identificar, nesta escala, a definição das regiões em função de sua lógica **‘determinada pela natureza’**.²³*

Essa proposição foi apresentada em 1941 na *Revista de Geografia*, e era resultado, na verdade, de um profundo debate teórico acerca não apenas da melhor proposição de regionalização do Brasil, como dos critérios mais qualificados para dotar a divisão do território das qualidades mais científicas possíveis. Fábio Macedo de Soares Guimarães²⁴ termina por aconselhar tomar como base a divisão de Carlos Delgado de Carvalho (também membro do CNG), que dividia o Brasil em regiões naturais de grandes extensões, apoiada em métodos atualizados da Geografia Física.

A este aconselhamento, juntava-se a ressalva de que as unidades naturais pudessem ser confrontadas a uma outra regionalização: a econômica. Contudo, ele afasta dos objetivos prioritários do seu artigo a possibilidade de justaposição das regiões naturais às regiões econômicas, e não empreende uma fusão entre os dois tipos de regiões. Meros detalhes são, na verdade, opções metodológicas. Delgado de Carvalho já havia compreendido que por trás de uma divisão regional havia uma escolha específica do modo de explicar o mundo sob a ótica geográfica²⁵.

REGIÕES DO BRASIL SEGUNDO VÁRIOS AUTORES



173

Figura 1: Região do Brasil segundo vários autores. Fonte: GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil.

Revista Brasileira de Geografia, v. 3, n. 2, 1941, p. 344.

Delgado de Carvalho havia dividido o Brasil em 5 regiões. O Brasil "Setentrional ou Amazônico", que compreendia o Acre, o Amazonas e o Piauí; o "Brasil Norte-Oriental", envolvendo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Sergipe, Baía, Espírito Santos, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais formavam o Brasil

Oriental. Já a região “Meridional” era formada por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto o “Brasil central” compreendia Goiás e Mato-Grosso.²⁶

Ciente que a regionalização reproduzia uma determinada concepção de ciência, o geógrafo francês Pierre Monbeig irá divergir no que tange a seus “sólidos” critérios e tomará São Paulo como exemplo para demonstrar outra forma de construir agrupamentos dos espaços.²⁷ Numa notícia publicada em 28 de março de 1946 no jornal *O Estado de São Paulo*, Pierre Monbeig atesta que tal regionalização foi na verdade motivo de uma controvérsia tardia:

*Uma sessão [da assembleia de geógrafos de Lorena, ocorrida em 1946] foi especialmente consagrada à divisão regional do Brasil. Sabem todos, sem dúvida, que o Conselho Nacional de Geografia elaborou recentemente uma divisão regional geográfica do país, que constitui uma base notável para estudos. (...). É um ponto de partida, e foi submetido a animada discussão crítica, sobretudo no que concerne às regiões naturais e às regiões geoeconômicas do Estado de São Paulo. Transparece claramente, no fim da controvérsia, que os geógrafos brasileiros têm diante de si uma grande tarefa a realizar: de um lado, uma divisão territorial baseada **unicamente** nas unidades naturais e físicas e, de outro, uma divisão territorial registrando a existência de regiões geoeconômicas diferentes das primeiras.²⁸*

A questão da regionalização do Brasil apareceu em 1941, nas páginas da *Revista Brasileira de Geografia*, e, posteriormente, alimentou um importante debate ocorrido no congresso de Lorena de 1946, quando, pela primeira vez, geógrafos de todo o país reuniram-se nesta cidade para discutir os rumos da geografia brasileira, logo após a iniciativa de Monbeig de unificar a AGB paulista e carioca. É um debate, portanto, que inaugurou o encontro de geógrafos paulistas e cariocas, formados sob troncos e empréstimos específicos de diferentes tradições geográficas.

Para Monbeig, a proposta do CNG de dividir o Brasil em regiões naturais constitui-se apenas como um “ponto de partida”. Um trabalho, na verdade, inacabado. Para Guimarães, contudo, a proposta não parecia inacabada. Fábio de Macedo Soares Guimarães continuava por dividir o Brasil, para além das 5 Grandes regiões (Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul) em regiões fisiográficas (no total 31), tendo ainda como ramificação o aprofundamento em zonas (em número de 160).²⁹ Terá como critério fundamental uma regionalização de tipo natural em todas as escalas³⁰ enquanto Pierre Monbeig proporá uma justaposição das regiões naturais à regionalização de tipo geoeconômica. Qual a razão dessa divergência? Por que uma maior aproximação aos modelos aplicados (Guimarães fala que os EUA adotaram uma “divisão prática”) alheou Fábio Macedo da incorporação teórica da perspectiva econômica?

*Seria desejável que chegássemos à situação dos Estados Unidos que há muito já adotaram uma única **divisão prática**, estabelecida pelo U. S. Census Bureau, em nove regiões. Quando um autor americano se refere, por exemplo, a New England, não há dúvida que ele queira indicar o conjunto dos Estados de Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut, e fato análogo acontece com as outras regiões.³¹*

Diferentemente de Guimarães, a regionalização de Monbeig promoveria uma inversão dos critérios geográficos segundo as escalas. A região geoeconômica de Monbeig, a menor escala (especialmente mais vasta), é uma região ferroviária. Esta região ferroviária, que segue as linhas dos principais divisores de águas, como pode ser observado no mapa, integra diferentes formas de relevo. Quando Monbeig muda de escala, ele muda o critério de regionalização. Sobretudo, as mais vastas regiões, humanas, integram as regiões naturais. Por que ele assim procede?

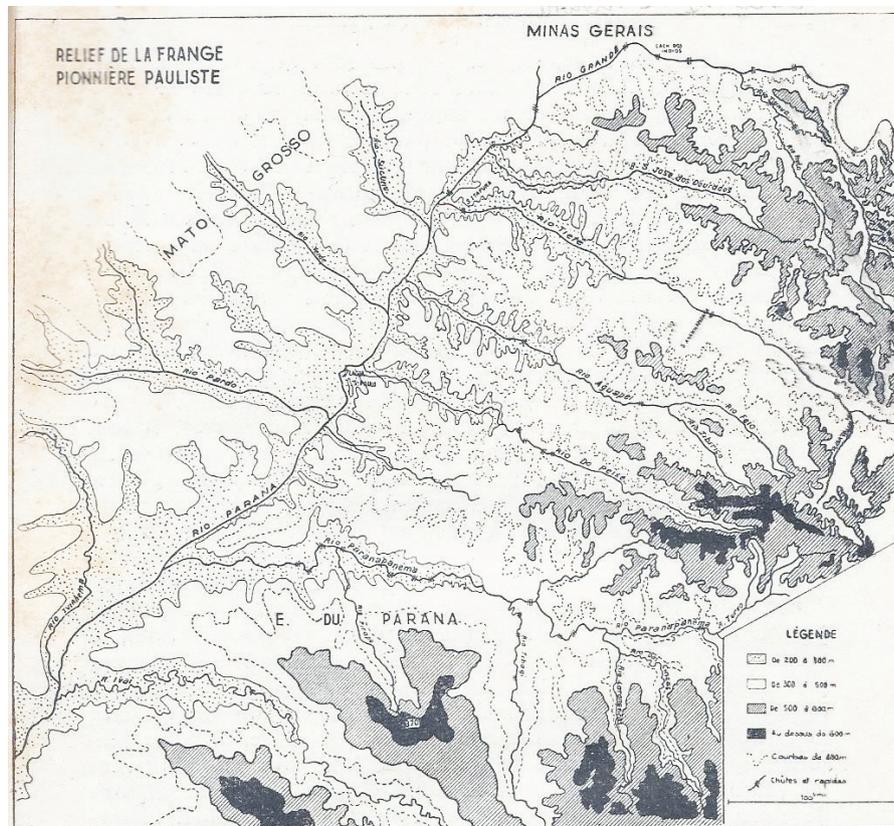


Fig. 4. — Le relief de la frange pionnière pauliste.
D'après la carte à l'échelle de 1 : 1.000.000 de l'Institut Geográfico e Geológico.

Figura 2: Relevo da franja pioneira. Fonte: MONBEIG, P. *Pionniers et Planteurs de Sao Paulo*. Paris: Armand Colin, 1952, p. 376.

O papel da história

Sustentamos que um primeiro pano de fundo da controvérsia, como se verá na citação seguinte, é a incorporação de um princípio metodológico geo-histórico que, em meados do século XX, posicionara os fatores econômicos no mais alto patamar de poder de transformação dos espaços. Sem avançarmos nos pormenores pelo lado do CNG, as propostas de regionalização de Fábio Macedo de Soares Guimarães e Pierre Monbeig estão sustentadas em um dissentimento sobre o grau de incorporação da história no método regional.

A história é o elemento epicêntrico da proposição francesa. No que tange ao método regional, Fábio Macedo de Soares Guimarães quer conceber regiões com conteúdos *estáveis*, *combinados* e *únicos*, objetivo este que só seria atingido através das regiões naturais. O princípio histórico é incorporado por Guimarães de forma ponderada:

As regiões naturais possuem um caráter mais estável ao longo do tempo (em comparação às “regiões humanas”), e esta estabilidade seria condição *sine qua non* para a coleta e a comparação dos dados estatísticos ao longo do tempo (...). As regiões humanas, **apesar de não** serem completamente “determinadas” pelos fatores naturais (clima, relevo, vegetação etc.), **partem da combinação destes fatores para se moldarem**; portanto, a boa definição das “grandes regiões naturais” seria também condição inequívoca para serem bem definidas, posteriormente, unidades regionais **de menores dimensões**, unidades estas formadas por fatores históricos, políticos, econômicos etc; (...). As regiões naturais, também **por sua maior “estabilidade” no tempo**, seriam mais adequadas para fins didáticos e escolares.³²

Pierre Monbeig não concebe uma regionalização de tipo “estável”, em que o critério histórico possa lhe ser ausente. Para ele, perspectiva histórica confere dinamismo à sua regionalização. Diante de seu próprio repertório, a regionalização que alvitra Pierre Monbeig é alicerçada em enquadramentos relativos segundo os tempos e os lugares. Trata-se de dar continuidade ao legado de situar a “geo-história” no centro do método geográfico que se constituiu como peça chave da tradição francesa desde o fim do século XIX.³³

No começo do século XX, os fatores econômicos valem-se finalmente de uma preponderância na organização do espaço, depois de um longo período da história das civilizações em que os desafios civilizacionais eram impulsionados pelo meio, e que ofereceram respostas mais em termos de reações culturais, do que econômicas³⁴. Na geografia de Monbeig, a geografia econômica é entronada como condutora da geografia a partir de um princípio “geo-histórico” aplicado para o estudo do século XX. Nem sempre foi assim.

*Quando se procura assinalar a presença de grandes regiões, regiões do planeta, regiões de onde o homem não foi excluído, sente-se a sensação de partir, com justa razão, dos grandes quadros climáticos botânicos. Mas ter-se-á ainda razão de assim agir numa época em que as aglomerações urbanas de estilo americano-europeu surgem em pleno trópico, como Caracas, Rio de Janeiro, São Paulo, Dakar, Leopoldville? (...) As causas da diferença de aproveitamento e de ocupação do solo na África e no Brasil poderão ser imputadas sem dúvida à diversidade dos homens, mas com prudência, pois os africanos foram importados neste lado do Atlântico e é reconhecida a fragilidade das explicações raciais. O historiador nos aconselhará, então, a não esquecer as diferenças entre os investimentos na África e no Brasil.*³⁵

Assim, ocorreu uma acomodação da teoria de Vidal de la Blache ao ser confrontada com o meio ambiente do Brasil, cuja modernização está em plena marcha no contexto de avanço da mundialização³⁶. O meio pode estar organizado em múltiplas combinações. Daí a insistência de Monbeig na noção de complexo geográfico.³⁷ Em cada escala de espaço e de tempo, o meio é comandado por um conjunto de fatores distintos.

A ideia de Monbeig de “complexo geográfico” possui suas raízes na própria “relatividade” que Vidal de la Blache conferia ao problema regional.³⁸ A literatura geográfica incorre, muitas vezes, na incompreensão de considerar o meio físico como um compósito único. Na verdade, segundo o raciocínio de Vidal de la Blache, orientado por sua formação inicial de historiador, em cada escala, ainda quando se fala em meio físico, está presente uma nova hierarquia dos fatores que comandam o seu relacionamento com as ações humanas.

Por exemplo, nos quadros estreitos da sobrevivência, os homens se relacionam diretamente com o solo; já nos quadros dos Estados, as relações entre as regiões climato-botânicas são preponderantes. Na escala de conquista dos continentes, os rios e as linhas de relevo são mais influentes. Por fim, na escala da conquista transoceânica, as correntes de ar e os ventos tem papel essencial.³⁹

A consideração da existência dessas combinações permite que as relações do homem e com o meio sejam nuancadas historicamente. Isso quer dizer que, para a geografia humana, determinado enquadramento da ação humana pode ter superado aspectos climato-botânicos, para se encontrar restringida, essa ação, sob outras dependências, de outros fatores físicos, como a importância das grandes correntes oceânicas para o dinamismo da conquista transatlântica⁴⁰. Não se trata de uma recusa, nem tampouco de um entronamento do determinismo. A atuação do determinismo ao longo da história evoluiu: o homem se liberta de alguns *contraintes* para se recolocar em outros, como afirmava um profundo conhecedor da obra de Vidal de la Blache, Fernand Braudel.⁴¹

Isso compreendido, a geografia humana de Pierre Monbeig, mesmo profundamente naturalista, não concebe a ideia de uma região natural estável. Bem como, não é com ele que se opera a ruptura com determinismo geográfico⁴², mas a história concorre para tornar mais complexa a ideia de determinação, através das ideias de temporalidade, escala e combinação. Cabe ao geógrafo procurar explicar as razões das conexões e desconexões recíprocas entre o homem, seu poder técnico, e o meio, em diferentes escalas, temporalidades, combinações e conjuntos espaciais.

Monbeig irá identificar que, no Brasil dos anos 40, as possibilidades e limites à ação humana estão temporariamente encerrados no que ele chamou de “regiões ferroviárias”. Théry lembra que Pierre Monbeig bem notou que os paulistas se referiam ao nome das ferrovias para “nomear” os platôs.⁴³ É neste âmbito que se define o principal raio de ação dos homens em relação ao espaço brasileiro, que obrigara o capital a se adaptar a um meio físico macrorregional pela conformação dos vales hidrográficos e pelas distâncias, mas relativamente liberto das imposições das mudanças dos relevos e das condições pedológicas.

Pois a região ferroviária é determinada por um espaço de comunicação comum que interliga vastas regiões planas, planaltos e depressões com os mercados estrangeiros. Ela é limitada, porém, ao alcance dos divisores de água e as situações climáticas da borda oriental do Paraná. Em São Paulo e no Paraná, a zona pioneira se organiza internamente pelo grande traçado dos conjuntos de divisores de águas e dos rios, superando temporária e progressivamente as dificuldades pedológicas de plantio e os obstáculos do relevo.

Afastados esses desentendimentos, note-se que diferentes momentos da franja pioneira, que representam progressos contínuos no vencimento dos obstáculos pedológicos, são internas à região ferroviária. Ao contrário do que pensa Macedo Soares, que vê as regiões humanas como inseridas no interior de regiões naturais, para Monbeig, as regiões humanas integram diferentes regiões naturais e não o contrário. Isto não será um simples detalhe.

Na verdade, a história concorre para explicar que o poder de ação do homem sobre o meio é crescente. O determinismo geográfico de Monbeig é possibilista⁴⁴, ou seja, há, historicamente, uma autonomia progressiva, sem que se possa jamais completar essa independência. Dessa forma, as regiões naturais devem ser vistas de duas maneiras: primeiro, como uma combinação específica segundo tempos e lugares, ou segundo o grau de conquista do homem na Terra; depois, como fator subordinado na regionalização geoeconômica, uma vez que, em se tratando do século XX, a economia mundial está consolidada.⁴⁵ Para Monbeig, uma regionalização geo-histórica válida para o século XX deve inserir as regiões naturais no interior das regiões econômicas, e não o contrário.

É claro que essa também não deixa de ser uma situação provisória. Pois se a escala se ampliasse ainda mais, e falássemos de uma unidade no âmbito do território nacional, as bacias hidrográficas teriam que se conjugar com os grandes planaltos em situações climáticas muito diversas, o que colocaria outros obstáculos. Para Monbeig, esse homem está em luta constante para escapar em uma dada configuração do meio físico, escapando de um certo determinismo, para recair em outros. Na perspectiva da geo-história, a libertação do homem da natureza só existe em potencial, e aqui reside outros aspectos da controvérsia.

177

O papel do determinismo geográfico

Pela resposta que Fábio de Macedo Soares Guimarães esboça à contenda criada por Monbeig, fica claro que ele tinha consciência de um ponto de procedência da crítica do geógrafo francês: traçar regiões naturais era apenas uma possibilidade de uma regionalização para o Brasil. O geógrafo do CNG não reproduz uma resposta ingênua ao problema da regionalização. Ele não ignora que na justaposição das regiões naturais às regiões humanas reside um complexo problema geográfico:

*Questão fundamental no estabelecimento duma divisão regional, refere-se à Geografia Humana. É nesse ponto que o conceito de região natural ainda não se acha fixado de modo unânime entre os geógrafos. A questão pode ser colocada nos seguintes termos: **na caracterização duma região natural devem ser consideradas apenas os fatores da Geografia Física ou também os da Geografia Humana? Deve-se atentar às tradições históricas, aos hábitos de vida, aos fatores econômicos?**”⁴⁶*

Mas, nessa citação, a pergunta está mal formulada por Guimarães, se ela se pretende como uma resposta a Pierre Monbeig. O problema essencial, que mexe com princípios dos geógrafos, é o do determinismo natural. A questão não

é se devem ser considerados apenas os fatores da geografia física, mas em que hierarquia, em relação aos fatos da geografia humana. Sua consideração não consiste em compreender se se deve inserir critérios humanos na delimitação natural, mas de conceber se as regiões naturais estão inseridas em regiões econômicas maiores ou menores a ela, ou se são as regiões econômicas que estão inseridas nas regiões naturais. Qual é a região que se sobrepõe à outra? A região natural ou a região econômica?

Esse problema da sobreposição é essencial porque toma-se então um partido: se, no Brasil de 1940, se acredita que a região humana se sobrepõe às regiões naturais, significa que o homem possui meios transformar características físicas de diferentes regiões naturais. Se, na verdade, é o contrário que ocorre, significa que os homens atuam sobre o meio, se adaptam, mas continuam limitados por uma delimitação que vem da própria natureza.

Esse quadro ainda se complica se pensarmos em combinações. Monbeig percebe que a zona pioneira é ainda determinada pelas condições climáticas, mas que, numa outra escala, a região ferroviária supera os obstáculos pedológicos para se adaptar ao meio físico em termos das vias traçadas pelos divisores de água. Contudo, suspendamos a complexidade dessa questão por instante e recuemos o grau de dificuldade do problema para melhor compreendê-lo.

Frente a tamanha complexidade e relatividade das divisões regionais, entendidas no interior do pressuposto da geo-história e das combinações, que regiões adotar? Acreditamos que essa definição regional implica em uma tomada de posição temporária em termos do determinismo geográfico. Sendo Pierre Monbeig, portanto, um geógrafo adepto da geo-história, ele concebe a zona pioneira como sendo interna à região econômica, as regiões ferroviárias. As diferentes zonas pioneiras de Monbeig são regiões naturais distintas.⁴⁷ Todas elas, contudo, estão amalgamadas no interior de uma região ferroviária, que as unifica.

Já Fábio Macedo, ao se apoiar em Camille Vallaux, vai apresentar uma opinião totalmente diversa quanto ao problema da combinação regional. Para ele, grandes regiões naturais têm maior efeito sobre as atividades humanas: "a Geografia física deve, pois esforçar-se, o mais possível, em cimentar a 'poeira' regional e em definir as grandes regiões com caracteres fixos e solidamente soldados uns aos outros".⁴⁸ Esta citação é uma clara tomada de posição em favor de um determinismo geográfico mais atuante do que aquele que concebe o método da geo-história:

*Esse ponto de vista consiste, portanto, em selecionar, dentre os fatos humanos, aqueles que estão submetidos ao determinismo geográfico, de outros que resultam do livre arbítrio humano. Se não há determinismo absoluto, exclusivo, é porém indiscutível que não se pode negar de todo a sua existência?*⁴⁹

É claro que Guimarães não concebe um determinismo absoluto. Aliás, posição um pouco fora de moda para época. Mas ao reafirmar sua importância, com nuances e mediações, não seriam tais nuances mais importantes como retórica do que como argumento? Na verdade, essa posição frente ao determinismo é revelada na própria opção metodológica. Enquanto Pierre Monbeig faz parte de uma escola que nasce das fileiras de um reordenamento institucional da disciplina histórica⁵⁰, sendo fortemente influenciado por tal *démarche*, Fábio Macedo de Soares é sobremaneira influenciado pelas escolas que tem mais ligação com uma institucionalização ligada ao naturalismo e às ciências naturais⁵¹, como teria sido a escola americana, fortemente influenciada pela escola alemã. Assim, não é à toa que, mesmo quando o geógrafo do CNG evoca atores franceses, ele traz à cena autores considerados heterodoxos pela escola francesa, como são Jean Brunet, Camille Vallaux e Pierre Deffontaines, mais ligados ao naturalismo:

*Compreende-se, pois, que é a própria Geografia que exige o estudo prévio das regiões naturais, base a que se devem ser referidos todos os fenômenos geográficos. Os dois tipos de regiões se confundem, segundo se conclui dos depoimentos de GALLOIS, BRUNHES, VALLAUX e DEFFONTAINES.*⁵²

Lucien Febvre já havia qualificado a heterodoxia de Jean Brunet como sendo advinda de uma adesão muito afinada com os aportes de Ratzel e do naturalismo alemão.⁵³ É claro que Vidal de la Blache chegara a incorporar as ideias de Ratzel e de uma certa ecologia alemã, mas o faz mantendo intactas as sutilezas de que esta incorporação reveste no encontro

com a sua formação de historiador⁵⁴. Assim, por todas essas sutilezas que permeiam esses elegantes desentendimentos, vê-se que essa questão da regionalização mobilizou adesões profundas dos geógrafos e é um importante capítulo de um momento em que as escolas francesa e americana assumem uma certa convivência em terreno brasileiro.

Uma crítica de excesso de especialização

Um conflito subsequente entre Pierre Monbeig e os geógrafos do CNG não se apresenta como um evento isolado à controvérsia da regionalização. Pois trata-se do embate, dessa vez mais acirrado, sobre a importância de formar geógrafos juntamente com a formação em História. Monbeig tenta esclarecer aos geógrafos brasileiros que a escola americana não se desloca dessa influência. Sua crítica aos geógrafos americanos é bastante astuta.

Ele procura trazer a produção geográfica norte americana para a área de influência da geografia francesa:⁵⁵ “por essa razão é que os geógrafos americanos têm um lugar importante a ver como se unem os **fatores históricos e econômicos** com as condições geográficas **num quadro regional**”.⁵⁶ Como vimos, a divergência em relação às conexões com a história são o centro da peleja entre a USP e o CNG. Em 1944, essa polêmica aparece mais uma vez:

*Quis a tradição que essa união tenha sido até hoje completa. Essa tradição é representada pelos institutos históricos e geográficos, cuja ação foi altamente proveitosa a ambas as disciplinas. Entretanto, o Conselho Nacional de Geografia emitiu o parecer que, de agora em diante, história e geografia formam, nas faculdades de filosofia, duas seções distintas.*⁵⁷

A suposta autonomia requerida pela geografia se justificaria pela necessidade de aprofundar o manejo de técnicas de pesquisas específicas. O que os estudos sobre a Idade Média auxiliariam os geógrafos nas suas tantas tarefas cartográficas, estatísticas, matemáticas?⁵⁸ Monbeig não nega a necessária especialização, mas advoga prudência:

*Os especialistas de geomorfologia retrucarão, sem dúvida, que as relações histórico-geográficas não os preocupam em absoluto e que seria de desejar-se fossem os futuros geomorfologistas aliviados de um ensino de história que os afasta das ciências geológicas. Isso é perfeitamente exato, mas seria prematuro organizar o curso fundamental em função da especialização em geografia física. Esse curso fundamental, no conjunto do Brasil (...) deve ser organizado para a formação, atualmente, de mestres do curso secundário, e não somente em função das necessidades exclusivas de um único organismo de alta especialização. Somente o curso de pós-graduação deveria ser organizado de maneira a assegurar o preparo de geógrafos profissionais, uns com orientação para a geografia física, outros para a geografia humana.*⁵⁹

Será importante notar que, nessa polêmica, nesse “combate pela história”, a filiação a teóricos plenamente aderentes aos benefícios da *démarche historique* é marca resistente na obra de Pierre Monbeig: Vidal de la Blache, Henri Hauser, Albert Demangeon, Lucien Febvre⁶⁰.

*É precisamente assim que raciocinam os que pedem a especialização do curso de geografia. A mesma reforma já foi, aliás, introduzida na França pelo governo de Vichi (êste é, evidentemente, o único ponto de contacto entre meus excelentes amigos do Conselho e o pessoal vichiista). (...) creio que isso só foi possível [o divórcio da geografia e da história] depois da morte, logo após o armistício, dos dois líderes da geografia humana em França, os professores Demangeon e Sion, e quando se eclipsou o grupo dos melhores historiadores, tais como Hauser, Febvre, Bloch e seus colegas dos Anais de História Econômica e Social.*⁶¹

Monbeig nota que, em termos de propostas para o ensino universitário, os colegas do CNG se aproximam da proposta vichista, ponderando tratar-se de “um único ponto de contato”, mas que provocação! Mesmo assim, isso

não nos parece uma crítica política denunciativa. Nessa época, havia convergências no que toca ao papel centralizador e nacionalista do Estado na condução da economia, tanto de aderentes da direita quanto da esquerda.⁶² Na verdade, neste desacordo, veiculam-se mais posições em que o centro da divergência aparece no papel da história na formação dos geógrafos, com vistas a formá-los orientados por uma utilidade prática ou acadêmica, do que uma crítica ideológica aos geógrafos do CNG. Os geógrafos do CNG acusam a geografia francesa de se encerrar em lides exclusivamente acadêmicas, perdendo o sentido da utilidade prática.

Antiga disciplina literária⁶³, poder-se-ia pensar que a História corroborou a orientação “desinteressada” de que por vezes se acusa a Geografia francesa. Mas a Geografia francesa vidaliana se afasta relativamente dessa influência. No começo do século XX, a diretriz de uma historiografia elaborada para a resolução dos problemas contemporâneos começa a ser adotada em suas linhas gerais pelos precursores dos *Annales*, movimento este, aliás, profundamente influenciado pela renovação da concepção de tempo histórico promovida por Vidal de la Blache⁶⁴. Um antigo historiador, professor de Monbeig na Sorbonne, Henri Hauser, elaborou uma regionalização para França após a primeira guerra mundial, cujo critério econômico amalgamava-se com um critério de identidade.⁶⁵

Mas, por outro lado, Monbeig também foi sensível às críticas. Impulsionado pelas ressalvas que os geógrafos do CNG direcionam à geografia francesa (entre outros movimentos críticos que despontam), a geografia acadêmica de Monbeig desenvolvida no Brasil também vai tentar oferecer soluções ao processo de desenvolvimento que se tornara urgente no Brasil. A contribuição intelectual de Monbeig vai incorporar críticas que são de ordem intelectual, e também políticas.

No afã de resguardar os elementos que distinguem a geografia francesa, ele também se diligencia em incorporar essas críticas e rebater, no esforço de constituição de um movimento geográfico brasileiro, o caráter supostamente desinteressado da geografia francesa. E assim vai se conformando nos Trópicos uma ciência geográfica com método pertinente ao território brasileiro, influenciado por circunstâncias e cruzamentos intelectuais e políticos.⁶⁶

180

Sobre o papel do intelectual frente às demandas práticas do Estado

A geografia regional de Monbeig contribuiu com o debate de como desenvolver o Brasil. Mas sua proposta incorria em oferecer uma leitura nacional e geral, não como subsídio à política pública de grande escala, mas consubstanciando suas grandes pretensões. Amalgamava uma proposição metodológica, intelectual e política. Monbeig gostava de diferenciar aquilo que se produzia na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em relação ao que se produziu no CNG, ressaltando o caráter científico, de um lado, e administrativo, de outro. Na compreensão de Pierre Monbeig, o CNG era uma entidade “administrativa” enquanto a AGB era uma entidade “científica”⁶⁷. Para Monbeig, o intelectual produziria uma leitura do Brasil, o técnico oferecia subsídios aos políticos.

Adotando uma postura em contraposição ao modelo capitalista internacional de organização dos espaços, pois, para ele, esse modelo promoveria uma padronização extrema do estoque vegetal e uma destruição dos solos tropicais (e que não encontrava resistência social ou geográfica no Brasil) a produção de monografias regionais, que deveria dar subsídio a uma nova regionalização, poderia convergir para um desenvolvimento nacional em função de inventariar muitas outras possibilidades do meio. Em seguida, o forte dirigismo do Estado brasileiro saído da Revolução 30, e, após o golpe que instalou o Estado Novo, em 1937, novos atores foram colocados no centro do processo histórico de planificação e na correção dos desvios predatórios do capitalismo internacional:

*A grande lavoura é, do ponto de vista geográfico, uma forma de exploração destrutiva das riquezas naturais; é especulativa e depredadora, principalmente quando **não se sente limitada pela falta de espaço**. Ela assim o foi na cultura algodoeira do sul dos Estados Unidos, o foi e o é ainda na cultura cafeeira do Brasil. Podemos exprimir isso de maneira resumida: houve desajustamento entre os homens e as terras. **Cabe aos homens levar a cabo o reajustamento.***⁶⁸

Sua apreciação crítica ao modelo capitalista rentista e especulativo é aclarada (como se não bastassem provas!)⁶⁹, na ocasião de publicação de uma resenha à obra do geógrafo americano Carl Sauer⁷⁰. Nas palavras de Monbeig, pode-se imputar aos geógrafos franceses a evidência de que a conquista do solo pelo homem é remotíssima e promotora de uma especialização crescente do meio físico e geográfico graças aos gêneros de vida. Ao longo da história, o homem direcionou o uso da natureza em função de uma variedade estreita de habilidades herdadas⁷¹. Mas na agricultura comercial, “esta rarefação é levada tão adiante que a reconstituição integral é praticamente impossível”⁷². Transversalmente à padronização de vastas áreas, uma eliminação de espécies é recorrente nos países novos.

*A terra arável se esgota pela cultura reiterada da mesma planta em cada ano, e é deixada, sem manto protetor, ao trabalho lento e obstinado das chuvas, dos ventos, da alternância de temperatura. Sistema de cultura voltado para o comércio especulativo de um produto básico, existente em todos os países jovens, enquanto que no velho mundo uma harmoniosa combinação extremamente antiga faz completar a criação e a cultura, de tal sorte que o solo não conhece esta nudez perigosa durante as estações de chuvas violentas ou de insolação dessecante. (...). **De um lado uma economia e uma técnica conservadora; de outro uma técnica brutal, saída da economia capitalista.***⁷³

Fundadas essas críticas, é nesse ponto onde aparece a importância da produção de monografias regionais e de uma nova regionalização do Brasil. Um princípio norteador das monografias está reconciliado com a necessidade de refinar um projeto de desenvolvimento alternativo, ao sublinhar as várias possibilidades intrínsecas do meio físico e geográfico, em contraposição à tendência de padronização econômica dos latifúndios. A nova regionalização do Brasil deve ser, portanto, a caracterização de um quadro de virtualidades, de um complexo geográfico enquanto possibilidade à colonização e à exploração depredatória. Ela deve ser auxiliar, portanto, ao projeto estatal de desenvolvimento do Brasil.

Monbeig tinha um projeto de aceleração do desenvolvimento, que se reportava às condições específicas desse espaço nacional, sem renunciar à uma teoria geográfica geral. Para ele, as dificuldades do espaço brasileiro são “os insetos que assolam as culturas e os organismos; as terras pobres (e as terras empobrecidas), que constituem peso morto; as enormes distâncias que entram ou retardam a exploração e enfraquecem o povoamento”.⁷⁴ Os remédios para esse estado de coisas eram o estímulo à economia interna (fixação do transporte e do trabalhador, camponês ou operário), o impulso à mineração (geração de energia para a produção industrial, a urbanização e o saneamento) e a construção de uma rede de estrada modernas (articulando as distâncias e as vocações regionais).⁷⁵

Quando o discurso de Monbeig é cotejado com alguns elementos do programa geopolítico do Estado brasileiro varguista, surgem algumas compatibilidades, que já foram notadas por Nogueira⁷⁶ e por Dantas⁷⁷. Contudo, ao contrário do que Monbeig imputa ao CNG, o viés prático da geografia não deve subordinar a ciência à política. Para Monbeig, o fato do CNG servir à administração não era algo negativo, ainda que ele advogasse prudência quando o órgão passou a ditar as regras da formação dos geógrafos. Ponderadas essas críticas, Monbeig reconhece e saúda este movimento planejador comandado pelo CNG do Brasil, e que internacionalmente ele qualifica de neo-regionalismo.

*Para que este **neo-regionalismo** tivesse probabilidade de êxito, fazia-se mister, **escolher sensatamente** os ramos da produção a serem intensificados ou criados nas diferentes regiões, o que pressuporia o **perfeito conhecimento dos recursos naturais** e o não **menos perfeito conhecimento dos problemas econômicos e humanos**. Também aí a pesquisa geográfica foi chamada a colaborar, nessa obra eminentemente prática. (...). Seria injusto não me referir ao Brasil, onde se recorre aos geógrafos para a realização de inquéritos práticos. A própria criação do Conselho Nacional de Geografia tem por finalidade o **melhor conhecimento do país**, indispensável à sua boa administração.*⁷⁸

A regionalização que consigna Monbeig também está inserida num projeto nacional de desenvolvimento do Brasil, que, ponderadas as críticas ao Estado Novo, coaduna com sua postura planejadora. Tanto Pierre Monbeig como o projeto varguista via a regionalização do Brasil como um instrumento para, segundo Adas, “(...) mobilizar novas capacidades técnicas a serviço de um governo empenhado na centralização do poder, num país até então essencialmente agrário,

extremamente segmentado num arquipélago econômico e que apostava no preceito da ocupação territorial”⁷⁹. Monbeig compreendeu que o Estado Nacional, no Brasil, era um instrumento impulsor do mercado interno e de rompimento com o poder oligárquico. Mesmo que esse mesmo Estado deva ser contido nas suas tendências planificadoras. Há âmbitos em que é necessário ter autonomia, a ciência é um deles.

Fortemente influenciado pela disciplina histórica, a geografia de Monbeig também não olharia para o futuro? A cisão entre uma geografia supostamente “acadêmica” e histórica, a francesa, e uma geografia “aplicada” e pragmática, a americana, não expressaria uma cisão paradigmática entre direcionar a atenção para o que foi, ou direcionar os olhares para o que será? Uma cisão entre historiadores e planejadores?

À guisa de conclusão

Nos anos em que os geógrafos franceses e americanos, paulistas e cariocas, se dedicaram à questão da regionalização do Brasil, seus diferentes olhares sobre a Geografia e sobre o Mundo recaíram sobre o país. Na controvérsia da regionalização do Brasil aparecem diferenças importantes entre duas tradições geográficas que se encontraram nesse país: uma vertente francesa e uma vertente norte americana, representando também diferenças entre a escola paulista, formada por Monbeig, e a escola carioca, influenciada, após a passagem de Deffontaines, pela escola americana.

182 Acreditamos que no debate sobre a regionalização do Brasil aparecem diferenças importantes entre as duas tradições: uma incorporação diferente da perspectiva histórica e do determinismo geográfico, do ponto de vista do método; uma diferença importante quanto ao grau de especialização na formação dos geógrafos quanto à divisão da geografia Física e da Geografia Humana; uma cisão paradigmática quanto ao papel da Geografia e de sua vinculação política ao projeto estatal brasileiro. Essas diferentes zonas de conflito aparecem em diversas tonalidades sob a pena desses geógrafos.

Ademais, ao termo privilegiado a proposta de Monbeig, não sem esquecer o que dera origem ao debate, saído das fileiras do CNG e do IBGE, coadjuvamos no sentido de aprofundar a discussão sobre a complexidade teórica e política da geografia regional francesa, comumente caracterizada como uma geografia descritiva. Contrariamente a esta caracterização, tanto a geografia francesa possuía enorme complexidade teórica, ao se propor em pensar uma forma de raciocínio que pudesse articular dinâmicas de funcionamento das formas humanas e naturais, e também esteve a serviço de posições populares que tentaram compreender os caminhos do desenvolvimento do Brasil.

O contexto brasileiro em que atuavam intelectuais, políticos, técnicos e diplomatas, na busca por expandir o domínio de influência dessas escolas, revela-se como um contexto *sui generis* para compreender um encontro de personagens e paradigmas da Geografia, alijando-se da caracterização de que a Geografia Brasileira, enquanto campo intelectual da ciência e da política, desenvolveu-se apartada das principais correntes internacionais, cujo campo de circulação era mediado por diplomatas.

País aberto, vazio e continental, o Brasil pode ser pensado como um polo avançando de compreensão do desenvolvimento da geografia aplicada, construída sob o sólido embasamento pré-estabelecido de uma geografia literária e acadêmica. Uma ciência geográfica original toma forma nos Trópicos (Monbeig expressa-se em termos de um neo-regionalismo) e os condicionantes espaciais, políticos e intelectuais desse país formam uma totalidade analítica para pensar a formação de suas ciências humanas.

Notas e referências bibliográficas

Larissa Alves de Lira é doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo e doutora em Geografia pela École des hautes études en sciences sociales, Paris, França (convênio internacional de dupla titulação). Foi bolsista da FAPESP no Brasil e no exterior. E-mail: lara.lira@gmail.com.

- 1 CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1941, *Anais...*, p. 131-133.
- 2 Criado em 1938, o CNG é um conselho interdisciplinar de cientistas, ligado à Presidência da República. Dirigido por um engenheiro, Cristóvão Leite de Castro. PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.
- 3 ROBIC, M.-C.; BRIEND, A.-M.; RÖSSLER, M. *Géographes face au monde*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- 4 FEBVRE, Lucien. Amérique du Sud: un champ privilégié d'études. *Annales d'histoire économique et sociale*. 1e année, n. 2, 1929, p. 259-260.
- 5 LIRA NETO. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- 6 PETITJEAN, P. Autour de la mission française pour la création de l'Université de São Paulo (1934). In: PETITJEAN, P.; JAMI, C.; MOULIN, A. M. *Science and Empires*. Historical Studies about Scientific Development and European Expansion. London, Dordrech, Boston: Kluwer Academic Publishers, 1992, p. 339-362.
- 7 LIRA NETO, op. cit., 2013.
- 8 CAMARGO, A. de P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2009, p. 31.
- 9 CAMARGO, op. cit., 2009, p. 32.
- 10 ADAS, S. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, v. 1, p. 27. (Grifos nossos).
- 11 ABREU, M. A. Pierre Monbeig e os primórdios da geografia urbana no Brasil. In: SALGUEIRO, H. A. (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, 2006, p. 129-158.
- 12 AB'SÁBER, A. N. Vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 34, p. 71-82, 1960.
- 13 Apud PENHA, op. cit., 1993, p. 90. (Grifos nossos).
- 14 PENHA, op. cit., 1993, p. 89.
- 15 Idem, p. 80.
- 16 Idem, p. 90. (Grifos nossos).
- 17 AB'SÁBER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994, p. 231.
- 18 MONBEIG, P. O homem e a terra no Brasil do pós-guerra. *Economia*, São Paulo, 25 de janeiro de 1944, p. 17-18.
- 19 ROBIC, op. cit., 1996.
- 20 PENHA, op. cit., 1993, p. 108.
- 21 Idem.
- 22 Idem.
- 23 CONTEL, Fabio Bettioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis: revista de rede brasileira de história da geografia e geografia histórica*, n. 3, 2014. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/990>. Acesso em: 6 abr. 2017. (Grifos nossos).
- 24 Será preciso esclarecer que Fábio M. de S. Guimarães só irá embarcar efetivamente para o doutorado nos Estados Unidos em 1945. Contudo, a influência da escola americana no CNG vêm de antes.
- 25 OLIVEIRA LIMA citado por VLACH, V. R. F. *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988, p. 164.
- 26 GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 3, n. 2, 1941, p. 346.
- 27 NOGUEIRA, C. E. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2013, p. 111-112.
- 28 MONBEIG, P. *O Estado de São Paulo*, 28 mar. 1946, p. 4. (Grifos nossos)
- 29 PENHA, op. cit., 1993, p. 108; CAMARGO, op. cit., 2009, p. 27.
- 30 CONTEL, op. cit., 2014.
- 31 GUIMARÃES, op. cit., 1941, p. 325.
- 32 GUIMARÃES, 1941 Apud CONTEL, op. cit., 201. (Grifos nossos).
- 33 LIRA, Larissa Alves de. *O Mediterrâneo de Vidal de la Blache: o primeiro esboço do método geográfico (1872-1918)*. 1. ed. São Paulo: Alameda; Fapesp, 2013, 321p.
- 34 Pode-se falar que, na visão de Vidal de la Blache, há uma diferença entre os fatos da civilização e os fatos econômicos. Os fatos da civilização estão mais ligados aos estímulos do meio. Já os fatos da economia são fatos condizentes com um momento avançado das trocas.
- 35 MONBEIG, P. Capital e Geografia. In: MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1957, p. 217.
- 36 LIRA, Larissa Alves de. *Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários, "tentação à ação" e sistematização do método*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2017.
- 37 DANTAS, Aldo. *Pierre Monbeig: um marco da geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

- 38 Cf. VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Sur la rellivité des divisions régionales. *Athena*, n. 11, Paris: Librairie Adlix Alcan, Décembre 1911.
- 39 LIRA, op. cit., 2013.
- 40 Idem.
- 41 BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 300.
- 42 LIRA, op. cit., 2017. Esse “determinismo geográfico” não pode ser visto através de uma relação direta do meio sobre os indivíduos. No entanto, ele se reproduz em cadeias causais complexas, com mediações sucessivas, em que o meio atua como resistente na configuração dos grandes agrupamentos e conjuntos societais.
- 43 THÉRY, H.. As franjas pioneiras, de Pierre Monbeig aos nossos dias. In: LEMOS, A. I. G., GALVANI, E. (Org.). *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig*. Buenos Aires e São Paulo: Clacso Expressão popular, 2009, p. 55.
- 44 É comum recorrer-se aos termos “possibilismo” e “determinismo” como se eles fossem autoexplicativos. Para nós, o possibilismo vidaliano é, desde fim do século XIX, uma compreensão historicista do determinismo geográfico, mas sem descartá-lo. Essa interpretação se baseia na leitura de Fernand Braudel: “Sin embargo, voy a tener con Etienne Juillard tal querella que le pido no responderme. Muchos geógrafos, entre ellos Pierre Gourou, (...), consideramos como vos, mi querido Etienne, que el espacio contiene una experiencia humana muy variable. Entonces, retiran la experiencia humana y se olvidan del espacio. Los acuso de desespacializar la historia. Poniendo las cosas en su lugar, tengo el sentimiento de devolver a la geografía sus antiguos derechos, se llame o no determinismo. Lucien Febvre en La Tierre y la evolución humana, no há llegado hasta la negación pura y simple del espacio. El ‘possibilismo’ de Lucien Febvre es un determinismo endulzado, pero todavía es un determinismo.” BRAUDEL, F. *Une Lécion de História de Fernand Braudel*. México: Fondo de Cultura, 1996, p. 255.
- 45 HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve XX*. São Paulo, 1995.
- 46 GUIMARÃES, op. cit., 1941, p. 333. (Grifos nossos).
- 47 É necessário que se compreenda aqui que a zona pioneira não é uma região. Além disso, há diversas regiões pioneiras na obra de Monbeig: Campinas, Botucatu, Presidente Prudente, Marília.
- 48 VALLAUX apud GUIMARÃES, op. cit., 1941, p. 336.
- 49 GUIMARÃES, op. cit., 1941, p. 338.
- 50 LIRA, Larissa Alves de. Vidal de la Blache à luz dos recursos da história social da geografia: a institucionalização da disciplina e o primeiro esboço do método geográfico. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 92, p. 51-76, 2012.
- 51 LIRA, op. cit., 2017.
- 52 GUIMARÃES, op. cit., 1941, p. 337. Quanto a esta heterodoxia, faz exceção à Gallois, que, aliás, é um combatente convicto dos aportes de Vidal de la Blache à Geografia. Cf. OZOUF-MARIGNIER, M-V. ROBIC, M-C. Préface. In: GALLOIS, L. *Régions naturelles et noms de pays*. Étude sur la région parisienne. Paris: CTHS, 2008.
- 53 FEBVRE, L. *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*. Paris, A. Michel, 1970.
- 54 LIRA, op. cit., 2013.
- 55 Nossa opinião é baseada na constatação de Salgueiro, que afirma que Pierre Monbeig considerava os geógrafos Carl Sauer, Preston James e Isahiah Bowman como herdeiros de Vidal de la Blache. Cf: SALGUEIRO, H. A. (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 28.
- 56 MONBEIG, P. O homem e as riquezas naturais. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, LXXIII, 1942, p. 82. (Grifos nossos).
- 57 MONBEIG, P. Estudos Geográficos. *Boletim geográfico*, ano I, n. 11, 1944, p. 8. Vincent Berdoulay demonstrou que os geógrafos vidalianos procuravam sua própria autonomia em relação aos historiadores em fins do século XIX. Cf: BERDOULAY, V. *La formation de l'école française de géographie: 1870-1914*. Paris: CTHS, 2008. Contextualizando, a disciplina histórica na época é uma ciência voltada à diplomacia e à política. Já o entendimento histórico da geohistória, elaborado por Vidal, não foi dispensado pelos geógrafos. Cf: LIRA, op. cit., 2013.
- 58 MONBEIG, op. cit., 1944, p. 9.
- 59 MONBEIG, op. cit., 1944, p. 11.
- 60 SALGUEIRO, op. cit., 2006.
- 61 MONBEIG, op. cit., 1944, p. 9.
- 62 LIRA NETO, 2013, op. cit.
- 63 CHARLE, C. *La République des Universitaires 1870-1940*. Paris: Seuil, 1994.
- 64 LIRA, Larissa Alves de. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geo-história e História da Geografia. *Confins*, n. 2, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/2592>. Acesso em: 14 maio 2017.
- 65 VEITL, P. *L'invention d'une région : les Alpes françaises*. Grenoble : PUG, 2013, p. 184.
- 66 LIRA, op. cit., 2017.
- 67 MONBEIG, Pierre. O Conselho Nacional e Geografia. In: MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 282.
- 68 MONBEIG, op. cit., 1944, p. 21. (Grifos nossos).
- 69 Contrariamente à nossa opinião, Silvio Bray chega a afirmar que Pierre Monbeig flertava com os pressupostos do liberalismo econômico. Cf: BRAY, Silvio Carlos. O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 2, p. 83-90, 1983.
- 70 No entanto, não é possível dizer que Pierre Monbeig é um geógrafo socialista. Em outra ocasião, ao resenhar o livro de Josué de Castro (Geografia da Fome no Brasil), ele assume uma postura otimista da importância da formação do mercado nacional. Cf: MONBEIG, P. Au Brésil: la géographie de la faim au Brésil de Josué de Castro. *Cahiers des Annales*, p. 495- 500, 1949.

- 71 MONBEIG, op. cit., 1942.
- 72 MONBEIG, op. cit., 1942, p. 80.
- 73 MONBEIG, op. cit., 1942, p. 82. (Grifos nossos).
- 74 MONBEIG, P. Uma geografia da indústria de Mineração. *Boletim Geográfico*, ano IV, n. 42, setembro de 1946, p. 680.
- 75 MONBEIG, P. O congresso geográfico. *O Estado de São Paulo*, 28 mar. 1946, p. 4.
- 76 NOGUEIRA, op. cit., 2013.
- 77 DANTAS, op. cit., 2005.
- 78 MONBEIG, P. Papel e valor do ensino da Geografia e de sua Pesquisa. In: MONBEIG, P. *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957. O neo-regionalismo é uma nova forma de dirigir a “adaptação” ao meio surgido no contexto dos países continentais. Compreender os processos adaptativas para neles atuar. Mas Monbeig não nutre a crença de que a partir de então o homem pode tudo comandar na reconstrução da natureza. (Grifos nossos).
- 79 ADAS, op. cit., 2006, p. 25.

[Artigo recebido em Junho de 2017. Aceito para publicação em novembro de 2017.]